

ENTREVISTA

ALBERTO DINIZ JUNIOR

DESEMBARGADOR, PRESIDENTE DA AMAGIS

‘DAMOS NOSSA COTA DE SACRIFÍCIO’

DESEMBARGADOR EXALTA ATUAÇÃO DA JUSTIÇA E REFUTA CORTE SALARIAL NA PANDEMIA

IVALDO MAGALHÃES
ifonseca@hojeemdia.com.br

Ao contrário de diversos segmentos dos setores privado e público, impactados negativamente pela pandemia da Covid-19, o Judiciário, ao menos em Minas, tem apresentado números surpreendentes nos últimos meses. Isso demonstraria o empenho de juizes e servidores e uma alta capacidade de assimilação do trabalho remoto. A avaliação é do presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Alberto Diniz Junior.

Em entrevista ao *Hoje em Dia*, Diniz Junior diz que a produtividade dos cerca de 1,1 mil magistrados e dos milhares de funcionários da Justiça mineira subiu 10% desde março. Isso resultou, inclusive, na obtenção de recursos financeiros para reforçar o combate do Estado ao novo coronavírus. É por essas e outras razões que o desembargador contesta a tese, defendida por alguns, de que seria necessária a redução salarial do Judiciário durante a atual crise.

Como o senhor avalia o desempenho da Justiça estadual em meio à pandemia da Covid-19?

Desde meados de março, quando o TJMG editou a primeira portaria de suspensão dos serviços presenciais, mantendo os servi-

IZABELA MACHADO/AMAGIS



AJUADA – Presidente lembra que, só com multas dos Juizados Especiais, TJMG destinou R\$ 15 milhões para o combate à Covid-19

ços remotos, o tribunal vem dando total assistência ao jurisdicionado, de forma remota. Os juizes estão trabalhando normalmente e produzindo de forma muito satisfatória. Já foram emitidos mais de 10,4 milhões de atos processuais, mais de 520 mil sentenças foram proferidas e houve mais de 200 e tantas mil audiências. Os magistrados e os servidores, mes-

mo remotamente, estão dando uma resposta muito favorável à sociedade na prestação jurisdicional.

O senhor acredita que o trabalho remoto na Justiça, talvez implantado de forma mais apressada por causa da crise, veio para ficar?

Acredito que isso é um caminho sem volta, porque o Tribunal há muito vem trabalhando essa modalidade. Foi superintendente administrativo com o nosso presidente, o desembargador Nelson Missias, por seis meses, e logo no início já estávamos implantando o trabalho remoto, feito por servidores que, por uma questão ou outra, precisavam trabalhar de casa. Com a vinda desta pandemia isso se intensificou, e acredito que o tribunal, daqui para frente, vai adotar cada vez mais esse tipo de trabalho.

Como o senhor recebe

propostas que têm sido discutidas, em diversos setores, de reduções salariais em todas as esferas do poder público, com destinação de mais recursos para o combate à Covid-19?

No caso da Justiça em Minas, entendo que todos estão dando uma grande cota de sacrifício neste momento. Há pouco, o Tribunal destinou a aplicação de penas pecuniárias nos Juizados Especiais para o combate à pandemia. Só aí já foram R\$ 15 milhões. Ligado a isso, temos uma engenharia financeira que foi feita com relação a precatórios, que também ajudou muito o Estado, nesse sentido. Recentemente, o Tribunal liberou em acordos feitos na vara das Fazenda Pública mais de R\$ 1 bilhão em depósitos judiciais da Vale, recursos que ajudaram muito nas contas do Estado.

Mas e quanto à redução salarial de servido-

res da Justiça?

Tem aí, em primeiro lugar, um óbice constitucional, que é cláusula pétrea: a irredutibilidade dos vencimentos. É norma, cânone constitucional, e não teria como romper tal barreira. A não ser que venha, é claro, uma PEC, vota-

da pelo Congresso, mudando toda a estrutura. Acredito que não aconteceria algo assim porque não temos ambiente político. De qualquer forma, vejo esses posicionamentos com muita preocupação, porque o magistrado não está parado, está trabalhando, dando sua cota de sacrifício e se esforçando para manter em dia seu serviço, inclusive com essas metas que foram aumentadas. Não seria justo pegar essa única classe. Por outro lado, por que o Estado não entra na questão da taxa das grandes fortunas? Por que isso sempre fica de lado e nunca é discutido? Por que só se fala do servidor público? Isso nos chama atenção e gera perplexidade.

Para encerrar, que avaliação o senhor faz do embate cada vez mais acirrado entre o Executivo e o Judiciário, no plano federal?

Defendemos a harmonia e a liberdade dos poderes, trabalhando de forma harmônica para que não haja problemas mais graves. Ao Judiciário cabe a interpretação e a aplicação das leis, e cabe aos outros poderes que não concordem a prerrogativa de recorrer dessas decisões.

Hoje em Dia
30 de maio 2020

“No Tribunal de Justiça de Minas, na pandemia, já foram emitidos mais de 10,4 milhões de atos processuais, mais de 520 mil sentenças foram proferidas e mais de 200 e tantas mil audiências se realizaram”

HOJE EM DIA
ANUNCIE AQUI (31) 3236.8001

CÂMARA MUNICIPAL DE CORAÇÃO DE JESUS/MG
PREGÃO Nº 004/2020 - Processo nº 012/2020. Contrato nº 012/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços em assessoria e consultoria em Contabilidade Pública. Contratado: AMF ASSESSORIA E CONSULTORIA PÚBLICA EIRELI, CNPJ: 13.088.188/0001-13. Valor: R\$ 39.600,00 (Trinta e Nove Mil e Seiscentos Reais).
Alvaro Luis Prates Lelis e Mares Guimarães
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTIMAZINGO
Toma público o Processo Licitação Nº 001/2020 - Pregão Presencial Nº 001/2020 - Objeto: Aquisição de Combustível Diesel e Horário de credenciamento e Abertura dos Envelopes às 09h30min (nove horas e trinta minutos) informações pelo e-mail cmculminim@hotmail.com.br ou pelo tel (35)3256-1211.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DE MINAS CINSORTE
O CINSORTE/MG torna público que realizará licitação para contratação de serviços de gerenciamento e controle de manutenção preventivo e corretiva, fornecimento de peças, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota. Proc. Licitação 013/2020 - Pregão Presencial 003/2020. Edital publicado no íntegro no site www.cinsorte.com.br. Julgamento 16/06/2020 às 09h00min. Informações via e-mail: licitacao@cinsorte.com.br. Assessoria Jurídica Neto - Pregatório Oficial.



ESTADO DE MINAS Política

REIVINDICAÇÃO ANTIGA

Câmara deve votar criação de Tribunal Federal de Minas Gerais

nao ira gerar custos. Segundo ele, o TRF-1 usara predios ja existentes na

Para o desembargador Alberto Diniz, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o novo órgão irá garantir mais celeridade nos julgamentos, especialmente em Minas, onde se acumulam 40% do total de processos que tramitam na esfera federal de Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do país", disse.

Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do país", disse.

Estado de Minas

DIÁRIO DO GRANDE ABC

Sociedades Esportes Nacional
Economia Política Cultura & Lazer

Política

politica@dgabc.com.br | 4435-8391

Câmara deve votar criação de Tribunal Federal de Minas Gerais

Diário do Grande ABC
20 de maio 2020

Para o desembargador Alberto Diniz, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o novo órgão irá garantir mais celeridade nos julgamentos, especialmente em Minas, onde se acumulam 40% do total de processos que tramitam na esfera federal de Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 Estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do País", disse.

Para o desembargador Alberto Diniz, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o novo órgão irá garantir mais celeridade nos julgamentos, especialmente em Minas, onde se acumulam 40% do total de processos que tramitam na esfera federal de Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 Estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do País", disse.

ISTOÉ

EDIÇÃO Nº 2628 22/05

REVISTA BRASIL ECONOMIA MUNDO COLUNAS ESPORTES GENTE SAÚDE DA MULHER

Câmara deve votar criação de Tribunal Federal de Minas Gerais

Estação Conteúdo

Para o desembargador Alberto Diniz, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o novo órgão irá garantir mais celeridade nos julgamentos, especialmente em Minas, onde se acumulam 40% do total de processos que tramitam na esfera federal de Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 Estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do País", disse.

total de processos que tramitam na esfera federal de Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 Estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do País", disse.

IstoÉ
19 de maio 2020

UOL

Câmara deve votar criação de Tribunal Federal de Minas Gerais

ESTADO Minas
Camilla Turilli
Brasília
20/05/2020 14:58

Tribunal de Justiça (STJ), João Cláudio de Noronha, a Câmara deve votar nesta

Para o desembargador Alberto Diniz, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o novo órgão irá garantir mais celeridade nos julgamentos, especialmente em Minas, onde se acumulam 40% do total de processos que tramitam na esfera federal de Brasília. "Lá, as demandas de Minas se juntam às de outros 12 Estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do País", disse.

Minas se juntam às de outros 12 Estados e do Distrito Federal, o que faz do TRF-1 o mais lento do País", disse.

UOL
19 de maio 2020

3. AMAGIS NA IMPRENSA

Decisão - Junho 2020



Diário de Itajubá

Associação dos Magistrados Mineiros também repudia ataques à juíza

A Amagis considerou ainda que as decisões judiciais devem ser contestadas por meio de recursos próprios. "Ataques não são e nunca serão meios apropriados para a discordância das decisões judiciais e não serão tolerados, devendo seus autores responderem pelos seus atos nas esferas cíveis e criminais", afirma o texto assinado pelo presidente da associação, o desembargador Alberto Diniz Junior.

A Amagis considerou ainda que as decisões judiciais devem ser contestadas por meio de recursos próprios. "Ataques não são e nunca serão meios apropriados para a discordância das decisões judiciais e não serão tolerados, devendo seus autores responderem pelos seus atos nas esferas cíveis e criminais", afirma o texto assinado pelo presidente da associação, o desembargador Alberto Diniz Junior.

Diário de Itajubá

ALÉM do FATO

HOME POLÍTICA ELEIÇÕES ARTIGO ECONOMIA SOBRE

TJMG e MPMG reagem a manifestações antidemocráticas em Itajubá

por Orion Teixeira | publicado: 15/05/2020 - 05:14

condições ajustadas, decidiu a juíza Letícia Drummond, da 2ª Vara Cível da Comarca de Itajubá.

Ainda na decisão, a juíza impunha que decretos semelhantes não fossem editados enquanto durar a pandemia "ou até que haja adesão, se houver, do município ao programa Minas Consciente".

Amagis e OAB repudiam

Também em nota, a **Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis)** repudiou os ataques dirigidos à magistrada. "Não houve qualquer conduta excessiva, ilegal ou imoral praticada pela magistrada. Os ataques promovidos denotam, além do desconhecimento e inconformismo em relação ao conteúdo da decisão judicial, uma clara tentativa de intimidação do Poder Judiciário".

declarações dessas pessoas públicas da cidade de Itajubá passaram a ter caráter antidemocrático. Trata-se, portanto, de conduta que ultrapassa os limites do razoável".

Além do Fato
15 de maio 2020

Itajubá Notícias

Um Jornal Independente

Associação dos Magistrados Mineiros também se manifesta em favor da juíza Letícia Drummond

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), entidade representativa dos direitos e interesses dos Magistrados mineiros, também se manifestou por meio de uma Nota de Desagravo em favor da juíza em Itajubá, Letícia Drummond. Confira o texto na íntegra.

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), entidade representativa dos direitos e interesses dos Magistrados mineiros, vem repudiar os ataques sofridos pela magistrada Letícia Drummond, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Itajubá, no Sul de Minas, conforme divulgado pela imprensa local, inclusive EPTV/G1 Sul de Minas, e por meio das redes sociais, em razão de decisão judicial fundamentada,

de modo a restabelecer a verdade e o bom nome de toda a Magistratura. Trata-se de uma decisão judicial exarada em ação de Execução de Obrigação de Fazer, promovida pelo Ministério Público, por descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado pelo Município, CDL e Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá, termo este que visa a evitar a disseminação do coronavírus e mortes no Município de Itajubá.

A decisão, em exato cumprimento da lei, nada mais fez que determinar prazo para cumprimento da obrigação, ajustada e assumida pelo Município de Itajubá, diante da gravidade da doença e sua alta transmissibilidade, sob as cominações da lei. Não houve qualquer conduta excessiva, ilegal ou imoral praticada pela magistrada. Os ataques promovidos denotam, além do desconhecimento e inconformismo em relação ao conteúdo da decisão judicial, uma clara tentativa de intimidação do Poder Judiciário.

As decisões judiciais devem ser contestadas por meio de recursos próprios. Um Judiciário independente constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito, e a independência do juiz no ato de julgar é a garantia dos cidadãos honestos e bem intencionados.

Ataques não são e nunca serão meios apropriados para a discordância das decisões judiciais e não serão tolerados, devendo seus autores responderem pelos seus atos nas esferas cíveis e criminais.

A garantia constitucional da independência da magistrada não será abalada em face desses inaceitáveis ataques intimidatórios.

Belo Horizonte, em 14 de maio de 2020.

Desembargador Alberto Diniz Junior

Itajubá Notícias

As juízas Flávia Birchal e Cristiana Gualberto concederam entrevista ao jornalista Eduardo Costa, no Programa Chamada Geral na Rádio Itatiaia, para falarem sobre o trabalho dos Juizados Especiais e as audiências virtuais. Ouça as entrevistas no site da Amagis.



Juíza Flávia Birchal fala sobre
videoaudiências nos Juizados Especiais
No programa Chamada Geral
(com Eduardo Costa)

Rádio Itatiaia - 95,7 FM

Sexta (15/5)

A partir das 13h



Juíza Cristiana Gualberto fala sobre o
trabalho nos Juizados Especiais
No programa Chamada Geral
(com Eduardo Costa)

Rádio Itatiaia - 95,7 FM

Quinta (21/5)

A partir das 13h



Acesse a entrevista no
site da Amagis atra-
vés do QrCode* abaixo



Acesse a entrevista no
site da Amagis atra-
vés do QrCode* abaixo



*O QR Code é um de código de barras que, por meio de um smartphone, direciona o internauta para um site. Para ler o código é necessário baixar um aplicativo disponível nas lojas virtuais da Google Play, para celulares com sistema Android, ou na App Store, para aparelhos iPhone.